



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.011425/2022-64

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para equipamentos médico-hospitalares Máquinas de Hemodiálise da marca Fresenius, pertencentes ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HUUFMA, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, conforme termos e condições constantes neste Termo de Referência.

2. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O contrato terá vigência a partir da sua assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado se houver interesse entre as partes, limitada a sua duração até 5 (cinco) anos.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se da contratação de empresa para execução dos serviços em equipamentos de propriedade e instalados no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HUUFMA, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, de acordo com a estimativa da necessidade e com a devida autorização e aprovação da autoridade competente, conforme consta no presente processo.

3.2. A evolução ocorrida nos últimos anos na área da saúde, fez dos hospitais verdadeiros centros de tecnologia, com instalações, instrumentos e equipamentos avançados voltados para os cuidados aos pacientes.

3.3. A gestão tecnológica desses equipamentos e instalações assume cada vez mais importância diante dos problemas enfrentados por estas instituições para preservação de seus ativos operacionais, com qualidade, segurança, disponibilidade e custos compatíveis.

3.4. O gerenciamento adequado do parque de equipamentos das instituições de saúde deve estar compatível com a importância e responsabilidade dos hospitais como organizações de preservação da vida.

3.5. A presente contratação visa manter 36 (trinta e seis) equipamentos médico-hospitalares Máquinas de Hemodiálise da marca Fresenius, pertencentes ao HU-UFMA, em perfeitas condições de uso, com o máximo de eficiência e segurança, dando suporte assim às atividades da Unidade de Nefrologia do HU-UFMA, onde são utilizadas para realização de diálise em pacientes do SUS.

3.6. Os serviços pleiteados visam executar um conjunto de atividades para garantir plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como na recuperação deste estado, e ainda manter o patrimônio do HU-UFMA. Estes equipamentos são fundamentais a serviços assistenciais do HU-UFMA, são equipamentos de alta tecnologia que exigem mão de obra especializada, visando garantir assim o melhor desempenho e segurança destes.

3.7. Considerando que o HU-UFMA não dispõe em seu quadro funcional de pessoal especializado para execução dos serviços descritos neste pedido de contratação, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médico-hospitalares Máquinas de Hemodiálise da marca Fresenius, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos.

3.8. Considerando que as atividades a serem executadas indiretamente por meio de formalização da contratação são passíveis de terceirização, nos termos delineados no DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE

2018 e no PARECER Nº 9/2019/SJAA /CONJUR/PRES-EBSERH (Documento SEI nº 0786806).

3.9. Ressaltando que, no documento DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS da EBSERH, de novembro de 2014 (disponível em: [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-ainformacao/agentes-publicos/cargos-carreiras-e-beneficios/plano-de-cargos-e-beneficios /atribuicoes_descricao_sumaria_ebserh_sede_v2.pdf/view](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-ainformacao/agentes-publicos/cargos-carreiras-e-beneficios/plano-de-cargos-e-beneficios/atribuicoes_descricao_sumaria_ebserh_sede_v2.pdf/view)), não há cargo específico para técnico em manutenção de equipamentos ou instrumentos hospitalares.

3.10. Destaca-se ainda que as atribuições do cargo de Engenheiro Clínico são limitadas a: "atuar na gestão de tecnologias dos equipamentos médico assistenciais; Planejar, definir e executar políticas e programas para incorporação de novas tecnologias para a saúde; Coordenar atividades de manutenção predial e hospitalar; Elaborar cronograma de manutenção preventiva e corretiva; Elaborar relatórios, indicadores de desempenho, custos, orçamentos e ordens dos serviços executados; Atender às demandas solicitadas pelas áreas operacionais do hospital; Realizar demais atividades inerentes ao emprego", sendo assim, não está dentre as atividades do cargo executar a manutenção corretiva e preventiva diretamente de equipamentos.

3.11. Desta forma, se faz necessária a contratação de empresa que atenda aos requisitos mínimos para prestar serviços contínuos de manutenção corretiva e preventiva a fim de otimizar ao máximo a disponibilidade dos equipamentos para uso e o seu funcionamento adequado, evitando paradas não planejadas e redução de sua vida útil, e desta forma prover maior disponibilidade dos equipamentos para utilização com segurança e confiabilidade.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A seguir, quadro com a especificação do objeto e respectivo código CATSERV - Catálogo de Serviço:

Item	CATSERV	Descritivo	Apresentação	Quantidade						
1	5428	<p>Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, para 36 (trinta e seis) Máquinas de Hemodiálise da marca Fresenius, pertencentes ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.</p> <p>1. Manutenção Corretiva contemplando:</p> <p>1.1. A manutenção corretiva consistirá em reparar todo e qualquer defeito elétrico, mecânico ou eletrônico que venha a ocorrer durante a vigência do Contrato de manutenção, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA a atender aos chamados respeitando os prazos abaixo, independente das datas previamente agendadas para a manutenção preventiva.</p> <p>1.2. Cobertura 24 horas de segunda a sábado, incluindo feriados.</p> <table><tr><td>O prazo de resposta, para o comparecimento do Especialista de Campo da CONTRATADA no local de instalação do(s) equipamento(s), deverá ser de no máximo:</td><td>2 (duas) horas corridas</td></tr><tr><td>Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos pela CONTRATADA no prazo máximo de:</td><td>24(vinte e quatro) horas corridas</td></tr><tr><td>Caso haja a necessidade de fornecimento de peças incluídas no valor mensal contratado, a contratada deverá providenciar o reparo do equipamento inoperante em no máximo:</td><td>7 (sete) dias corridos</td></tr></table> <p>2. Manutenção preventiva contemplando:</p>	O prazo de resposta, para o comparecimento do Especialista de Campo da CONTRATADA no local de instalação do(s) equipamento(s), deverá ser de no máximo:	2 (duas) horas corridas	Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos pela CONTRATADA no prazo máximo de:	24(vinte e quatro) horas corridas	Caso haja a necessidade de fornecimento de peças incluídas no valor mensal contratado, a contratada deverá providenciar o reparo do equipamento inoperante em no máximo:	7 (sete) dias corridos	Unidade (mensal)	12
O prazo de resposta, para o comparecimento do Especialista de Campo da CONTRATADA no local de instalação do(s) equipamento(s), deverá ser de no máximo:	2 (duas) horas corridas									
Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos pela CONTRATADA no prazo máximo de:	24(vinte e quatro) horas corridas									
Caso haja a necessidade de fornecimento de peças incluídas no valor mensal contratado, a contratada deverá providenciar o reparo do equipamento inoperante em no máximo:	7 (sete) dias corridos									

- 2.1. Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, calibração, ajustes, testes e revisões que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante.
- 2.2. A manutenção preventiva deverá observar todos os procedimentos, recomendações e periodicidade recomendada pelo fabricante dos equipamentos.
- 2.3. O serviço de manutenção preventiva será executado no endereço determinado pelo CONTRATANTE e deverá seguir cronograma de execução aprovado pelo Setor de Engenharia Clínica HU-UFMA, respeitando as orientações do fabricante, de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 hs às 18:00 hs ou em dias/horários devidamente acordados entre contratante e contratada.
- 2.4. O cronograma de preventivas deverá ser apresentando pela CONTRATADA à CONTRATANTE em até 15 dias após o início da vigência do contrato.
3. Do fornecimento de peças de reposição:
- 3.1. **A cobertura contratual inclui cobertura total para substituição de peças.**
- 3.2. As peças serão fornecidas quando/se necessário, para atender a demanda para execução dos serviços contratados para promover o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 3.3. O fornecimento de peças deverá ser a base de troca, sendo que as peças fornecidas deverão ser novas ou reconcondicionadas em acordo com a RDC 25/2001 e originais, com garantia mínima de 90 dias;
- 3.4. É vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inadequado dos equipamentos.
4. Estão incluídas atualizações de softwares.
5. Não está incluso na cobertura danos ou defeitos causados por mau uso do equipamento e/ou não atendimento aos requisitos mínimos para utilização conforme manual de operação dos equipamentos. Estes, quando identificados pela CONTRATADA, deverão ser formalmente relatados e informados para a CONTRATANTE para devidas providências.
6. O deslocamento dos equipamentos nas dependências do HU-UFMA, dentro do horário de cobertura contratual, será de responsabilidade da contratada.
7. O serviço de manutenção dos equipamentos compreende o fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços contratados.

4.2. Relação de equipamentos contemplados:

Ord.	Equipamento	Marca	Modelo	N.º Série	Ano da Maquina
1	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	0VCAVK51	2011
2	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQU50	2010
3	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQU47	2010
4	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCAVK52	2011

5	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK60	2011
6	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK15	2011
7	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	8VCAMT66	2009
8	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK48	2011
9	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQU44	2010
10	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQU46	2010
11	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQX74	2010
12	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK13	2011
13	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQX73	2010
14	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	8VCAMT65	2009
15	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQU49	2010
16	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	8VCAMT63	2009
17	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVH95	2011
18	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	8VCAMT64	2009
19	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	8VCAMT62	2009
20	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	9VCAQX71	2010
21	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK49	2011
22	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	7V5AHD96	2008
23	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	7V5AHD97	2007
24	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	7V5AHD98	2007
25	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK53	2011
26	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S	OVCVK50	2011
27	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0G2Q	2018
28	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0G2E	2018
29	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0EYY	2018
30	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0FE3	2018
31	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0G3V	2018
32	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0EXV	2018
33	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0EYU	2018
34	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0G3R	2018
35	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0FFC	2018
36	Máquina de Hemodiálise	FRESENIUS	4008-S V-10	8SXA0FE5	2018

4.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus anexos.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Condições de Participação:

5.1.1. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no Art. 69 do RLCE 2.0, a saber:

5.1.1.1. Estará impedida de participar de licitações e de ser CONTRATADA pela Ebserh a empresa:

- I - suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
- II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- III - impedida de licitar e de contratar com a União;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

- VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
- X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

5.1.1.1.1. Aplica-se a vedação prevista no subitem 5.1.1.1:

- I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
- II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Educação;
 - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
- III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

5.1.1.1.2. A vedação prevista no subitem 5.1.1.1 também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.1.1.1.3. A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do subitem 5.1.1.1 e no subitem 5.1.1.1.2 deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.1.1.1.4. O disposto nos subitens 5.1.1.1.2 e 5.1.1.1.3 deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

5.1.1.1.5. Documentos passíveis de análise acerca do quadro societário:

- I - No caso de **Microempreendedor Individual (MEI), Empresário Individual - EI**, deve-se considerar o nome do empresário indicado no CCMEI;
- II - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP** sem sócios, **Empresário Individual - EI**, deve-se considerar o nome indicado no Registro Público de Empresas Mercantis;
- III - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, com sócios, Sociedade Simples**, deve-se considerar o Contrato Social;
- IV - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU**, deve-se considerar o Contrato Social;
- V - Na **Sociedade Limitada**, deve-se considerar o Contrato Social;
- VI - Na **Sociedade Anônima**, deve-se considerar o Estatuto Social.

5.1.2. A proponente deverá encaminhar declaração que comprove obediência ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a

menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

5.2. Condições de Habilitação:

5.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.2.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

5.2.3. Da qualificação técnica:

5.2.3.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de no mínimo um Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica da CONTRATADA**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento e execução satisfatória do objeto, iguais ou similares com o objeto deste Termo de Referência. O (s) Atestado (s) ou Certidão (ões) deverá (ão) contar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição do serviço prestado;
- c) Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s);
- d) Data de emissão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

5.2.3.1.1. O(s) atestado (s) ou certidão (ões) de capacidade técnica deverá(ão) apresentar complexidade tecnológica e operacional equivalente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao objeto do Termo de Referência.

5.2.3.1.2. Poderão ser apresentados tantos atestado (s) ou certidão (ões), inclusive derivado de contratos distintos, quanto forem necessários para a comprovação das características mínimas exigidas no Termo de Referência, desde que executados em um mesmo período.

5.2.3.1.3. Somente serão aceitos atestado (s) ou certidão (ões) expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

5.2.3.1.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.2.3.2. Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, a saber: CREA, dentro do prazo de validade em nome do licitante.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. O objeto da contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei n.º 14.133/2021.

6.2. Trata-se de serviço comum de natureza continuada e sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante a modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos do art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das regras e prazos previstos na referida lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE).

6.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, conforme art. 42, II, Lei. 13.303/2016 e Art. 8º, II, RLCE 2.0.

6.4. O serviço a ser contratado se enquadra nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.5. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco)* dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de *05 (cinco)* dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado se houver interesse entre as partes, limitada a sua duração até 5 (cinco) anos, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

7.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HU-UFMA, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

7.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

7.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

7.5. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

7.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO**8.1. Da forma de fornecimento:**

8.2. A execução dos serviços ser efetuada de acordo com as exigências deste Termo de Referência no local de instalação dos equipamentos.

8.3. A Contratada disponibilizará mão de obra e todos os instrumentos necessários para a perfeita execução do objeto.

8.4. A execução do serviço deverá ocorrer conforme previsão contratual dentro dos prazos indicados neste Termo de Referência.

8.5. As peças serão substituídas a base de troca, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA o descarte das mesmas respeitando as leis vigentes.

8.6. O Serviço será executado conforme orientação do Setor de Engenharia Clínica do Hospital Universitário da UFMA, situado na Rua Barão de Itapary, 227, São Luís - MA, CEP 65020-070, fone: (0XX98) 2109-1066.

8.7. Do controle e fiscalização da execução:

8.7.1. O acompanhamento da execução do fornecimento referente ao objeto deste contrato será feito pela **CONTRATANTE**, por intermédio do Equipe de fiscalização designados por portaria específica da Superintendência desta EBSERH/HUUFMA.

8.7.2. O responsável pela fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação do serviço, objeto deste contrato, determinando o que for necessário à regulamentação das falhas ou impropriedades observadas.

8.7.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.7.4. A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Dos critérios de medição:

9.1.1. A medição dos serviços, para efeito de pagamento, será feita através dos relatórios de manutenção. **O faturamento do mês anterior se dará após a apresentação dos relatórios dos serviços executados no mês anterior, com resultados satisfatórios.**

9.1.2. Caso no mês anterior da medição não tenha ocorrido a necessidade de intervenções, o pagamento será liberado por falta da necessidade de atendimento, porém o suporte deverá estar disponível.

9.1.3. A aferição do serviço para efeito de pagamento será exercida por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme ENCARTE I do Termo de Referência.

9.1.4. Os pagamentos à CONTRATADA serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

9.1.5. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR (anteriormente designado como Acordo do Nível de Serviço – ANS, modificado pela IN 05/2017) é um ajuste escrito, entre o provedor de serviços e o órgão **CONTRATANTE**, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento com base em indicadores.

9.1.6. A remuneração do(s) serviço(s) prestado(s) deverá ser constituída por remuneração fixa mensal mediante entrega do objeto, sendo, no entanto, permitido à **CONTRATANTE** pagar um percentual do valor do contrato limitado ao mínimo de 90%. O percentual será mensurado de acordo com os critérios apresentados no ENCARTE I – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).

9.1.7. A análise dos indicadores será feita mensalmente.

9.1.8. Para o IMR de cada indicador, o Fiscal do Contrato poderá reconsiderar situações que impeçam a Contratada de atingir as metas referente ao item analisado, mediante apresentação de justificativa pela Contratada e desde que o Fiscal do Contrato aprove a justificativa apresentada.

9.1.9. Poderão ser aceitos como justificativas:

9.1.9.1. Atrasos no fornecimento provocados por transporte de peças, materiais de consumo e acessórios da contratada;

9.1.9.2. Atrasos provocados devido à demora da contratante para autorizar o fornecimento de peças, materiais de consumo e acessórios;

9.1.9.3. Atrasos provocados devido à demora da contratante para autorizar a execução de serviços, atrasos na execução dos planos de manutenção e calibração;

9.1.9.4. Atrasos devido a impedimentos por parte dos setores assistenciais da contratante (devidamente registrado em Ordem de Serviço).

9.1.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2. Do recebimento dos serviços:

9.2.1. A execução dos serviços deverá ser efetuada de acordo com as exigências Contratuais, combinado com o Termo de Referência, sempre acompanhado do respectivo documento fiscal.

9.2.2. O recebimento será feito em duas etapas:

9.2.2.1. Recebimento provisório: No local de entrega, a Comissão / Servidor designado fará o recebimento dos serviços, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Ordem de Execução de Serviços/Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

9.2.2.2. Recebimento definitivo: No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, a Comissão / Servidor designado procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a qualidade dos serviços executados de conformidade com o exigido neste Edital e com o constante da respectiva proposta de preço da licitante vencedora.

9.2.3. Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos serviços, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do Hospital Universitário da UFMA, para fins de pagamento.

9.2.4. Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal e os serviços deverão sofrer as devidas correções.

9.3. Das condições de pagamento:

9.3.1. A EBSERH - Hospital Universitário da UFMA efetuará o pagamento à licitante vencedora mensalmente, **em até 30 (trinta) dias**, através de depósito bancário, em conta, na Agência Bancária e conta indicada pela CONTRATADA, depois de certificado o recebimento definitivo dos serviços com a verificação da qualidade e quantidade e sua consequentemente aceitação mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e pelo Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

9.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

9.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.3.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, juntando os resultados ao processo de pagamento.

9.3.5.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- II - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- IV - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- V - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; f) Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

9.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.f

9.3.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

9.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

10. DA FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.1. O procedimento de contratação será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

10.2. O objeto da contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 (art. 1º e parágrafo único) e o Decreto nº 10.024/2019 (art. 3º, inciso II), por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme previsto no art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, a ser CONTRATADA mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

11.1. Critério de julgamento:

11.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço, nos termos do Art. 54, I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

11.2. **Modo de disputa:**

11.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.2.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

11.3. **Condições de participação:**

11.3.1. As condições de participação e habilitação estão elencadas no item 5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

12. **DO SIGILO DO ORÇAMENTO**

12.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento, dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh RLCE 2.0.

13. **DAS RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

13.1. **Das obrigações da licitante vencedora:**

13.1.1. Executar os serviços de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência. A inobservância ao disposto neste item implicará o não pagamento ao executor até sua regularização;

13.1.2. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução dos serviços, que não terão qualquer envolvimento empregatício com o HU-UFMA;

13.1.3. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio do HU-UFMA ou a terceiros, quando da execução dos serviços;

13.1.4. Manter seus funcionários com o uso de uniformes e devidamente identificados com o nome da empresa nas áreas da CONTRATANTE;

13.1.5. Fornecer todo equipamento de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções respeitando legislações vigentes;

13.1.6. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;

13.1.7. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE;

13.1.8. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

13.1.9. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito;

13.1.10. Preservar e manter a CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários;

13.1.11. Implantar de forma adequada e, em conjunto com o Setor de Engenharia Clínica, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, garantindo suporte para atender a eventuais necessidades no serviço de manutenção corretiva;

13.1.12. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

13.1.13. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível;

13.1.14. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

13.1.15. Manter o prazo de garantia dos serviços executados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento dos serviços;

13.1.16. Responsabilizar-se pela retirada e descarte dos materiais e resíduos gerados na manutenção dos equipamentos, atendendo a leis vigentes e sob supervisão do Setor de Engenharia Clínica HU-UFMA;

13.1.17. Realizar a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento, cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;

13.1.18. Permitir à equipe de fiscalização do contrato, fiscalizar os serviços, objeto deste Termo de Referência, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo a mesma sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;

13.1.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.1.20. Disponibilizar um telefone de contato e e-mail para a formalização da abertura do chamado das manutenções;

13.1.21. Apresentar ao Setor de Engenharia Clínica do HUUFMA, em anexo à Nota Fiscal, um relatório técnico dos serviços executados.

13.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0."

13.1.23. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;"

13.2. **Das obrigações da CONTRATANTE:**

13.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

13.2.2. Indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos serviços, quando for o caso;

13.2.3. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;

13.2.4. Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados;

13.2.5. Fornecer à Contratada, Nota de Empenho/Ordem de Serviço com a definição dos serviços a ser executado, devidamente assinada por funcionário autorizado do Setor de Clínica;

13.2.6. Receber da Contratada Ordem de Serviço devidamente preenchida com o relato dos serviços executados e assinada pelo executor;

13.2.7. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar;

13.2.8. Notificar imediatamente à CONTRATADA caso constata problemas e/ou mau funcionamento no EQUIPAMENTO, garantindo o livre acesso dos técnicos indicados pela CONTRATADA ao mesmo, bem como aos documentos necessários para a prestação dos serviços;

13.2.9. Observar e cumprir com as especificações descritas no manual do usuário, fornecido pela CONTRATADA, quanto à utilização do EQUIPAMENTO;

- 13.2.10. Manter as condições do local de instalação do EQUIPAMENTO dentro das especificações ambientais e elétricas, conforme informado pela CONTRATADA no manual do usuário e projeto de instalação;
- 13.2.11. Manter acessíveis e em bom estado os produtos auxiliares de manutenção fornecidos pela CONTRATADA, por ocasião da venda do EQUIPAMENTO, mantendo-os acessíveis aos técnicos indicados pela mesma;
- 13.2.12. Assegurar a execução da manutenção preventiva no dia e hora previamente agendados com a CONTRATADA;
- 13.2.13. Disponibilizar o acesso a uma linha telefônica, sempre que solicitado pelo técnico indicado pela CONTRATADA;
- 13.2.14. Não permitir a realização de quaisquer reparos, intervenções, modificações no EQUIPAMENTO por quaisquer pessoas que não os técnicos indicados pela CONTRATADA;
- 13.2.15. Zelar pela conservação adequada do EQUIPAMENTO;
- 13.2.16. Efetuar os pagamentos mensais, pontualmente, conforme definido no presente.
- 13.2.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.2.18. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14. **DAS SANÇÕES**

- 14.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - falhar ou fraudar na execução do contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo; e
- V - cometer fraude fiscal.

- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- 14.2.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

- 14.2.2. Multa de:

- I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- III - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.2.1. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

<u>GRAU</u>	<u>CORRESPONDÊNCIA</u>
<u>1</u>	<u>0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>2</u>	<u>0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>3</u>	<u>0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>4</u>	<u>1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>5</u>	<u>3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>

Tabela 2

<u>INFRAÇÃO</u>		
<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>GRAU</u>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

14.2.2.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

14.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1. e 14.2.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 14.2.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do RLCE 2.0 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

14.4. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa CONTRATADA.

14.5. Caso não seja identificado o pagamento da GRU sobre a multa, a CONTRATANTE deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa CONTRATADA e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual caso exista, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.

14.6. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.7. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

14.8. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo CONTRATANTE e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

14.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

14.10. À CONTRATADA será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional – SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bityli.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

15. **GARANTIA DOS SERVIÇOS**

15.1. Os serviços prestados em desacordo como especificado neste instrumento e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a reparar, corrigir, reconstituir, reconstruir e substituir, à sua expensas, no total e/ou parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços e/ou de materiais empregados, no prazo assinado pela FISCALIZAÇÃO, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

15.2. Os serviços executados deverão obedecer ao prazo de garantia não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento dos serviços.

16. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

16.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no Art. 70 da Lei nº 13.303/2016, por tratar-se de contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, de pequeno vulto, complexidade técnica e riscos financeiros.

17. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

17.1. É responsabilidade da CONTRATADA, no ato da prestação de serviços, realizar no mínimo as ações de sustentabilidade ambiental prevista neste termo e na instrução normativa SLTI/MGO nº 01, de 19 de janeiro de 2010, de modo que promovam:

17.1.1. Reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados;

17.1.2. Otimização na utilização de recursos e na redução de desperdícios e da poluição, notadamente quanto ao uso de substâncias tóxicas ou poluentes;

17.1.3. Prever a destinação ambiental adequada dos bens usados ou inservíveis, através do desenvolvimento ou adoção de manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre as quais os produtos utilizados na lavagem e desinfecção de roupas.

17.2. Ainda de acordo com a instrução normativa SLTI/MGO nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a CONTRATADA deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

17.2.1. Otimização com a adoção de medidas para evitar o desperdício de água e energia;

17.2.2. Cuidados nas lavagens com o uso da água não contaminada ou com a presença de metais pesados ou agentes bacteriológicos que possam a vir causar danos ao meio ambiente e ou os equipamentos da CONTRATANTE;

17.2.3. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

17.3. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tendo como referência o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP- 3ª Edição da Advocacia Geral da União (AGU).

17.4. **Declaração de Sustentabilidade Ambiental:**

17.4.1. A proponente deverá encaminhar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, contendo dentre outras informações, a razão social, CNPJ, endereço, telefone, assinatura do representante da empresa, que ateste e esteja ciente de sua responsabilidade ambiental, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os eventuais impactos resultantes da atividade e que atenda a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental, conforme ENCARTE IV deste Termo de Referência.

18. **DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

18.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

18.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas referentes às futuras contratações, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da EBSEH/HU-UFMA, expressamente indicados pela Divisão Administrativa Financeira no presente processo.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Subcontratação:

20.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

20.2. Consórcios:

20.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

20.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou, durante a pesquisa de preços, que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observadas pela nova pessoa jurídica todas as condições de participação e habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. DA VISTORIA

22.1. O HU-UFMA sugere aos licitantes interessados a realização de vistoria ao local onde serão executados os serviços, examinando as áreas, tomando ciência do estado de conservação dos equipamentos,

características e eventuais dificuldades para execução dos serviços, de modo que não serão atendidas solicitações sob argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados da especificação.

22.2. O endereço de vistoria é o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HU-UFMA, situado na Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA) – CEP 65.020-070, no horário de 8:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O agendamento da vistoria deverá ser realizado no Setor de Engenharia Clínica/DLIH/GAD/HU-UFMA, pelo telefone: (98) 2109-1066 ou e-mail: eclinica@huufma.br.

22.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.

22.4. Os licitantes que realizarem a vistoria devem apresentar no certame a Declaração de Vistoria, conforme ENCARTÉ II deste Termo de Referência, que deve ser assinada por representantes da licitante e da HU-UFMA no ato da vistoria.

22.5. Os licitantes que optarem por não realizar a vistoria devem apresentar no certame a Declaração de Não Realização de Vistoria, conforme ENCARTÉ III deste Termo de Referência.

23. **DAS PROPOSTA DE PREÇOS**

23.1. A proposta deve estar obrigatoriamente acompanhada da especificação do serviço a ser executado, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) **Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa dias);**
- b) **Prazo de garantia dos serviços não inferior a 90 (noventa) dias;**
- c) **Declaração da proponente de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço constantes neste Termo de Referência.**

23.2. **Declaração de Sustentabilidade Ambiental:**

23.2.1. A proponente deverá encaminhar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, dentro do prazo de validade, contendo dentre outras informações, a razão social, CNPJ, endereço, telefone, assinatura do representante da empresa, que ateste e esteja ciente de sua responsabilidade ambiental, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os eventuais impactos resultantes da atividade e que atenda a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental, conforme ENCARTÉ do Termo de Referência.

24. **DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

24.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGP.

24.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

25. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.

25.2. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

Equipe de Planejamento da Contratação - EPC

Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022 (23899739).

(Assinado eletronicamente)

VICTOR MARINHO SOUSA

Analista Administrativo - Administração

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022.

Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)

MÁRCIO DE ARAÚJO SANTOS

Engenheiro Clínico

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022. Técnico Responsável.

(Assinado eletronicamente)

GEYZYANNE LANNY SANTOS DE LIMA

Chefe da Unidade de Compras

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, Unidade de Compras.

(Assinado eletronicamente)

GERMANA MODESTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Chefe da Unidade de Contratos

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022. Unidade de Contratos.

*(Assinado eletronicamente)***VANIA DA SILVA MAIA**

Chefe da Unidade de Licitações

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022. Unidade de Licitações.

*(Assinado eletronicamente)***DEMÓSTENES PINTO SANTOS**

Chefe do Setor de Engenharia Clínica

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022. Responsável Demandante e Técnico Responsável.

1. De acordo.
2. Diante da necessidade exposta e da manifestação da área técnica, a referida contratação representa um apoio relevante para a manutenção da infraestrutura necessária para garantir a prestação de serviços ofertados pelo HU-UFMA.
3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.
4. Encaminhe-se ao Setor de Administração/DAF/GAD/HU-UFMA para continuidade da instrução processual.

*(assinado eletronicamente)***EURICO SANTOS NETO**

Gerente Administrativo

HU-UFMA/MEC-EBSERH

Portaria-SEI nº 115, de 1º de abril de 2022 (23932497)

ENCARTE I**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

PLANILHA DE CÁLCULO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL

1. Tabela de Indicadores do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR:

Nome do Indicador	Fórmula	Descrição do Indicador	Frequência de Medição
Tempo Médio de Resposta ao Primeiro Atendimento (TMA)	$TMA = \sum TA / N, \text{ onde:}$ TMA = Tempo médio de resposta ao primeiro atendimento, em minutos. TA = Tempo de atendimento por ordem de serviço de manutenção corretiva interna. Ou seja, a diferença entre as horas do primeiro atendimento e do chamado técnico, por ordem de serviço. N = Número de ordens de serviço concluídas de manutenção corretiva interna.	Tempo Médio de Resposta dentro do Tempo Limite estipulado no Termo de Referência.	Mensal

Tempo Médio de Reparo (TMR)	<p>$TMR = \sum TR / N$, onde: TMR = Tempo médio de reparo, em horas.</p> <p>TR = Tempo de reparo por ordem de serviço de manutenção corretiva interna. Ou seja, a diferença entre as horas da conclusão do serviço e do chamado técnico, por ordem de serviço.</p> <p>N = Número de ordens de serviço concluídas de manutenção corretiva interna.</p>	Tempo Médio de Conserto dos serviços de manutenção corretiva	Mensal
Performance da Manutenção Preventiva (PMP)	$PMP (\%) = (\text{Quantidade de Ordens de Serviço Preventivas Executadas}) / (\text{Quantidade de Ordens de Serviço Preventivas Programadas}) \times 100$	Percentual de Ordens de Serviço Preventivas executadas	Mensal
Percentual de Disponibilidade Operacional de Equipamentos (PDISP)	<p>$PDISP (\%) = [1 - (\sum T_{Idisp} / \sum T_{disp})] \times 100$, onde:</p> <p>$T_{Idisp}$ = Tempo (horas) de indisponibilidade do equipamento no período de 30 dias: $\sum(\text{data do retorno ao funcionamento} - \text{data da abertura do chamado})$.</p> <p>$T_{disp}$ = Tempo (horas) de disponibilidade do equipamento no período de 30 dias. Nº de horas disponível p/setor assistencial é total de horas que o equipamento permanece disponível para o setor assistencial ao longo de 1 mês, ou seja, 720 horas, considerando 24 horas e 30 dias por mês. Desta forma, $T_{disp} = \text{Qtd de Máquinas de Hemodiálise} \times 720$.</p> <p>Fórmula para cálculo: $(1 - [\sum(\text{data do retorno ao funcionamento} - \text{data da abertura do chamado}) / \sum(\text{Qtd de EMH do parque}) \times \sum(\text{Nº de horas disponível p/setor assistencial})])$.</p>	Percentual de equipamentos disponíveis para uso	Mensal

2. Tabela para Liberação de Pagamento da Fatura Mensal:

Nome do Indicador	Análise do Desempenho	VTD = Percentual do desconto a ser aplicado sobre a fatura mensal (sobre a parcela de serviços)
Tempo Médio de Resposta ao Primeiro Atendimento (TMA)	<p>$TMA \leq 120$ minutos</p> <p>$120 \text{ minutos} < TMA \leq 240$ minutos</p> <p>$TMA > 240$ minutos</p>	<p>= 0</p> <p>= - (Valor da Fatura * 0,01)</p> <p>= - (Valor da Fatura * 0,02)</p>
Tempo Médio de Reparo (TMR)	<p>$TMR \leq 7$ dias corridos, para no mínimo 75% dos serviços.</p> <p>$TMR > 7$ dias corridos, de 26% a 50% dos serviços.</p>	<p>= 0</p> <p>= - (Valor da Fatura * 0,01)</p> <p>= - (Valor da Fatura * 0,02)</p>

	TMR > 7 dias corridos, <i>para mais de 50% dos serviços.</i>	
Performance da Manutenção Preventiva (PMP)	PMP ≥ 90% 70% ≤ PCSQ < 90% PCSQ < 70%	= 0 = - (Valor da Fatura * 0,02) = - (Valor da Fatura * 0,03)
Percentual de Disponibilidade Operacional de Equipamentos (PDISP)	PDISP ≥ 92% 80% ≤ PDISP < 92% PDISP < 80%	= 0 = - (Valor da Fatura * 0,02) = - (Valor da Fatura * 0,03)
VTD a ser aplicado = Σ VTD		

ENCARTE II**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro que, nesta data, às _____ horas, a empresa _____, CNPJ nº _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, vistoriou todas as unidades e anexos do HU-UFMA, conforme o item 22 deste Termo de Referência, tomando conhecimento de todos os aspectos técnicos e condições e do grau de dificuldade existentes no local onde será executado o serviço referente ao Pregão Eletrônico nº ____/2022, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Em ____ de _____ de 2022.

Nome, cargo e assinatura do Representante
HU-UFMA

Nome, cargo e assinatura do Representante
LICITANTE

ENCARTE III**DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA**

Declaro que a empresa _____, CNPJ nº _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, não teve interesse em realizar a vistoria nos locais onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº ____/2022, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Em ____ de _____ de 2022.

Nome, cargo e assinatura do Representante
LICITANTE

ENCARTE IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico – SRP - nº ____/_____, a empresa (nome completo da proponente) _____, CNPJ Nº _____, sediada _____ (endereço completo), DECLARA sob as penas de Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na produção e/ou comercialização, armazenamento e transporte relacionados ao objeto da licitação.

Atesto e declaro ciência de minha responsabilidade ambiental, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os eventuais impactos resultantes da atividade, atendendo a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental.

Local e data: _____.

Assinatura devidamente identificada do representante legal
Nº do CPF e Nº da Identidade



Documento assinado eletronicamente por **Victor Marinho Sousa, Analista Administrativo**, em 05/01/2023, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Araujo Santos, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 05/01/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demostenes Pinto Santos, Chefe de Setor**, em 06/01/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 06/01/2023, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geyzianne Lanny Santos de Lima, Chefe de Unidade**, em 09/01/2023, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 09/01/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26830017** e o código CRC **8E27A4FE**.

Referência: Processo nº 23523.011425/2022-64 SEI nº 26830017